

A QUESTÃO DO DISCURSO OFICIAL SOBRE O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA EM ANOS RECENTES NO BRASIL (2000-2009)

STIEG, Vanildo
vstieg@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este texto, constituído por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, tem por objetivo discutir algumas questões ligadas ao atual discurso oficial referente à perspectiva teórica e metodológica que se coloca como orientadora do trabalho dos professores alfabetizadores no tocante ao ensino da leitura e da escrita para as séries iniciais do Ensino Fundamental, denominada de Letramento.

Palavras-chave: Alfabetização. Discurso oficial. Letramento.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Temos constatado que o discurso de letramento aparece no cenário da educação brasileira, em anos recentes, sem que os sujeitos que lidam diretamente com as questões da alfabetização (os professores alfabetizadores e Secretarias Municipais e Estaduais de Educação) tivessem sido convidados para debater, por exemplo, os limites e possibilidades dos trabalhos que já vinham desenvolvendo em anos recentes no Brasil.

Se consideramos, por exemplo, que as práticas humanas e, portanto, as práticas de alfabetização não são constituídas efetivamente sem a participação dos sujeitos (professores, crianças, comunidade) que integram o espaço educativo (sendo portanto necessário amplo debate coletivo para a escolha e mudança da postura administrativa e pedagógica tal espaço), o modo como a perspectiva do discurso de letramento chega intencionando decisivamente compor os trabalhos dos professores alfabetizadores é, no mínimo, inadequado e desrespeitoso para com estes sujeitos e, portanto, para a escola brasileira como um todo. O debate, sobre possíveis mudanças de perspectivas do ensino da leitura e da escrita bem como a decisão final parece que limitou-se, intencionalmente, aos trabalhos realizados por especialistas nacionais e internacionais e, restritamente, a algumas instituições federais de ensino superior.

Interessante é observar que o modo como foram sendo conduzidos estes trabalhos tem suas razões próprias dentro do quadro político e ideológico atual mais amplo que considera a escola pública como uma instituição a serviço do mercado econômico global. O letramento, por exemplo, tem se colocado de mãos dadas com esta política. Este texto visa discutir, em linhas gerais, como esse processo tem se configurado.

O CENÁRIO HISTÓRICO SUBJACENTE AO DISCURSO DE LETRAMENTO: O BRASIL EM “REFORMA”

Para compreendermos como foi se configurando o discurso oficial do ensino de leitura e da escrita em anos recentes neste país uma questão importante se coloca: a necessidade de por em discussão sua condição política e ideológica ainda nos anos 90.

Sabemos que as políticas públicas, a partir desse período, se processaram no interior de um Estado em reforma, em redefinição de seu modelo de atuação com as políticas sociais. Esse cenário tem trazido implicações profundas para a escola brasileira e, portanto, para o ensino da leitura e da escrita.

Vera Maria Vidal Peroni (2007), em seu importante texto *Reforma do Estado*¹⁷ e a *tensão entre o público e o privado* (2007), contribui nessa compreensão, quando lembra que, em 1995, o governo brasileiro, ao desenvolver um diagnóstico sobre a condição no tocante à articulação política, econômica e social, declara que o Estado está em crise e não o capital. Nesse sentido, o Estado havia gerado *distorções e ineficiências* ao tentar assumir funções diretas de execução e, nesse contexto, “[...] reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (BRASIL, MARE, 1995, p.11, apud PERONI, 2007, p. 1, grifo nosso).

Essa nova ordem coloca o País no interior das estratégias do Projeto de Reforma do Estado sob a lógica do neoliberalismo. Para a teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado ou diminuir sua atuação para superar a crise. “[...] O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, portanto a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo”, conforme lembra Peroni (2007, p. 5).

O documento desenvolvido pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) informa:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, MARE, 1995, p. 12, apud PERONI, 2007, p. 2).

Peroni (2007) observa que o plano de reformar o Estado, a partir dessa perspectiva, pretendeu racionalizar os recursos, diminuindo o papel do Estado no que se refere às políticas

¹⁷ Este texto assume, em linhas gerais, o mesmo entendimento de Estado de Peroni (2007): Estado como Estado histórico, concreto, de classe e, nesse sentido, Estado máximo para o capital, já que, no processo de correlação de forças em curso, é o capital que detém a hegemonia.

sociais. A autora lembra que isso ocorreu em um contexto em que a proposta do Governo Federal para fazer frente à chamada crise do capital baseou-se na atração de capital especulativo, com juros altos, o que aumentou as dívidas interna e externa, provocando uma crise fiscal enorme nos Estados e Municípios. Tal situação “[...] leva a crer que a proposta de descentralização apresentada pela União consistiu e continua consistindo, em um repasse, para a sociedade, das políticas sociais” (PERONI, 2007, p. 3). Portanto, o que aparentemente seria uma proposta de Estado mínimo, configura-se como realidade de Estado mínimo para as políticas sociais e de Estado máximo para o capital, afirma essa autora.

As estratégias de reforma do Estado no Brasil, no período de 1995 até a atualidade, passam a ser: a privatização, a publicização e a terceirização. Conforme expressa Pereira (1997, p. 7), a terceirização “[...] é o processo de transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio”. A publicização consiste “[...] na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta”. Publicização, no Plano da Reforma do Estado, significa “[...] transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, pública, não-estatal” (PEREIRA, 1997, p. 8).

Segundo Peroni (2007, p. 3), as políticas sociais foram consideradas serviços não exclusivos do Estado e, assim sendo, de propriedade pública não estatal ou privada. Desse modo, o papel do Estado com relação às políticas sociais é alterado a partir do diagnóstico da crise. São duas as suas prescrições:

[...] *racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições*, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos) (PERONI, 2006, p. 14, grifo nosso).

Essa autora lembra que o Plano de Reforma do Estado no Brasil (BRASIL, MARE, p. 1995) propõe que as empresas públicas sejam privatizadas ou transformadas em organizações sociais, organizações parceiras do Estado não dirigidas pelo Poder Público, mas recebendo fundos públicos. Essa autora ainda chama a nossa atenção para o fato de que o Estado continuará financiando, apesar de o controle político e ideológico passar para as ditas organizações públicas não estatais, pois, conforme acentua Pereira, (1996, p. 14) citado por essa autora:

O Estado Social-Liberal, que é social porque mantém suas responsabilidades pela área social, mas é liberal porque acredita no mercado e contrata a realização dos serviços sociais de educação, saúde, cultura e pesquisa científica de organizações públicas não estatais que financia a fundo perdido com orçamento público (PEREIRA, 1996, p. 14).

Peroni afirma que o Plano Diretor da Reforma do Estado, quando propõe a administração gerencial que tem a lógica do mercado e, ainda, quando propõe a atuação das organizações públicas não estatais, não está apenas utilizando a teoria para o diagnóstico, mas também para a própria implementação da reforma.

Nesse redesenho, Peroni (2007, p. 5) alerta que “[...] o Estado se retira da execução e permanece com parte do financiamento (propriedade pública não-estatal), mas também, o que permanece sob a propriedade do Estado passa a ter a lógica de mercado na gestão (quase-mercado)”. É importante atentar que “quase-mercado” quer dizer que a lógica de mercado é a que orientará a ação estatal a partir de um discurso “[...] sob a suposição de induzir melhorias” (OLIVEIRA; SOUZA, apud PERONI, 2007, p. 5).

As declarações do Estado em crise, conforme assinalamos, em linhas gerais, até aqui, bem como a sua nova configuração abriram todos os precedentes necessários e possíveis para que as políticas sociais, e aí a educação, fossem assumidas pela lógica do quase mercado, pois “[...] com o diagnóstico de que o mercado é mais eficiente e produtivo, os princípios da chamada administração gerencial têm influenciado o setor público e a educação; as *parcerias são parte deste processo*” (PERONI, 2009, p. 297, grifo nosso).

AS POLÍTICAS HEGEMÔNICAS, A EDUCAÇÃO E O TRABALHO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

No tocante ao papel das parcerias citadas por Peroni, em 2005, surge um organismo denominado Todos Pela Educação (TPE), prescrevendo enunciados para reorientar a educação básica do Brasil. Nesse mesmo ano, um grupo de empresários se apropria das brechas postas pela redefinição do Estado neoliberal e começa a pensar sobre a realidade educacional do País na atual configuração do capitalismo. Conforme descreve Martins (2009, p. 4),¹⁸ o grupo de empresários verificou que a baixa qualidade da educação brasileira vinha trazendo sérios problemas para a capacidade competitiva do País interna e externamente.

O grupo concluiu que a “incapacidade” técnico-política dos governos na realização de políticas educacionais, ao longo dos anos, havia criado sérios problemas para os interesses do

¹⁸ O artigo intitulado *Todos pela educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil século XXI*, desenvolvido por André Silva Martins, apresenta interessantes apontamentos sobre o processo de configuração desse projeto. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4799-Int.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2009. Esse mesmo artigo também está publicado no endereço que indicamos a seguir: Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/viewFile/467/468>>. Acesso em: 19 out. 2009.

capital. Diante dessas constatações, os empresários criaram a TPE com a missão de mudar o quadro educacional do País, principalmente, no que se refere à qualidade da educação. O projeto elaborado para impulsionar as ações do organismo foi denominado de Compromisso Todos Pela Educação¹⁹ que toma, na verdade, a base para as orientações da Declaração Mundial de Educação Para Todos proclamada nos encontros internacionais que ocorreram nos anos 90, como o Congresso Mundial de Educação Para Todos (ocorrido em Jomtien, na Tailândia, em 1990) e a Conferência de Nova Delhi (realizada na Índia, em 1993).

O modelo de educação a ser considerado na elaboração do TPE deveria também estar em consonância com as prescrições postas no documento Planejamento Político Estratégico (lançado em maio de 1995) pelo Banco Mundial. Nesse documento, a educação e a alfabetização são vistas como fatores de desenvolvimento econômico das nações, conforme é expresso no texto a seguir:

A educação é pedra angular do crescimento econômico e do desenvolvimento social e um dos principais meios para melhorar o bem-estar dos indivíduos. Ela aumenta a capacidade produtiva das sociedades e suas instituições políticas, econômicas e científicas e contribui para reduzir a pobreza, acrescentando o valor e a eficiência ao trabalho dos pobres e mitigando as conseqüências da pobreza nas regiões vinculadas à população, saúde e nutrição [...] o ensino de primeiro grau é a base e sua finalidade fundamental é dupla: produzir uma população alfabetizada e que possua conhecimentos básicos de aritmética capaz de resolver problemas no lar e no trabalho, e servir de base para a sua posterior educação.

A educação básica proporciona o conhecimento, as habilidades e as atitudes essenciais para funcionar de maneira efetiva na sociedade sendo, portanto, uma prioridade em todo lugar. Esses atributos incluem um nível básico de competência em áreas gerais tais como as habilidades verbais, computacionais, e a resolução de problemas. Essas competências podem se aplicadas a uma grande variedade de empregos e permite às pessoas adquirir habilidades e conhecimentos específicos orientados para o trabalho, quando estiverem no local de trabalho. Em geral, esse nível básico inclui cerca de oito anos de escolaridade. De fato, em muitos países, o primeiro ciclo da educação secundária está sendo combinado com a educação de primeiro grau para conformar uma etapa de educação obrigatória conhecida como 'educação básica' (BANCO MUNDIAL, apud TORRES, 1998, p. 131, grifo nosso).

A partir dos diagnósticos desenvolvidos pelo grupo de empresários brasileiros e das orientações dos organismos internacionais, foi estruturado o TPE, visando a transformar esse projeto em um instrumento que balizaria a educação brasileira. Segundo Martins (2009, p. 5), toda a sustentação financeira passou a ser montada a partir de captação de recursos privados. Por isso, esse autor chega a afirmar que “[...] Os doadores são apresentados como ‘patrocinadores’ da organização e encontram-se divididos em três níveis que variam de acordo com o valor do repasse” (MARTINS, 2009, p. 5). A organização conta basicamente com

¹⁹ As diretrizes apresentadas nesses documentos podem ser encontradas na íntegra no endereço do site que indicamos a seguir: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf> Acesso em: 18 out. 2009.

os seguintes patrocinadores: Grupo Gerdau,²⁰ Grupo Suzano, Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Organizações Globo, Fundação “Educar-D’Paschoal”, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros. No conjunto, destacam-se aqueles grupos com atuação predominante no setor financeiro.²¹

Foi a partir dessas associações e articulações que, no dia 6 de setembro de 2006, nos jornais brasileiros bem como na página do MEC, lemos a manchete “Empresários e governo lançam Compromisso Todos pela Educação”.²² A matéria, considerada a seguir na íntegra, veicula os seguintes comentários:

Empresários, organizações não-governamentais, entidades educacionais e governo federal lançam nesta quarta-feira, 6, às 11h30, no Museu do Ipiranga, em São Paulo, o Compromisso Todos pela Educação. O movimento trabalha para que, durante as comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022, todas as crianças e jovens estejam na escola. O ministro da Educação, Fernando Haddad, participa da solenidade. O compromisso mobiliza o Ministério da Educação, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Também participam várias organizações, entre elas o Instituto Ayrton Senna, Instituto Pão de Açúcar, Instituto Itaú Cultural, Fundação Bradesco, Fundação Roberto Marinho, Instituto Gerdau, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), além de secretários estaduais e municipais de educação. O objetivo da aliança é realizar uma mobilização no país para universalizar o ensino e melhorar a sua qualidade. Para isso, foram estabelecidas cinco metas. Em primeiro lugar, espera-se ter nos próximos 16 anos, 98% dos brasileiros, com idade entre 4 e 17 anos, na escola. A segunda meta prevê que, em 2022, 95% dos jovens com até 16 anos devem ter completado o ensino fundamental e aqueles com até 19 anos devem ter concluído o ensino médio.

²⁰ Segundo aponta Martins (2009), o Grupo Gerdau (ligado ao setor de metalurgia) ocupa a chamada “cota ouro” e se destaca como principal patrocinador da entidade. Conforme aponta esse autor, embora, na página do *site* do TPE (<http://todospelaeducacao.org.br>), não estejam disponíveis os valores das doações, estima-se que eles girem em torno de cifras consideráveis. Essa inferência se baseia no volume de gastos do grupo em projetos de responsabilidade social, especialmente os identificados como da área da Educação, apurados na análise do Relatório Anual da empresa. O documento referente ao exercício de 2007 revela que foram gastos 72,7 milhões de reais em projetos de “responsabilidade social”. O relatório revela também que, do total dos gastos, 63,9 milhões de reais foram aplicados em Educação, na qual se contabiliza, explicitamente, o financiamento do grupo com a organização Todos Pela Educação, ainda que não sejam detalhados os valores.

²¹ Martins (2009) comenta que a estrutura organizacional da entidade é bem definida em termos técnicos e políticos. É constituída por uma Presidência, ocupada por um empresário articulador da organização; um Conselho de Governança, composto por 16 empresários ou representantes de empresas; um Comitê Gestor, formado por seis dirigentes, sendo cinco deles empresários; uma Comissão de Comunicação, composta por seis membros, todos ligados a grupos empresariais; uma Comissão de Articulação, integrada por 12 membros numa composição mais diversa (empresários, representantes da Igreja Católica, lideranças de movimentos sociais, representante da Unesco, representante do Ministério da Educação); uma Comissão Técnica, composta por 16 membros, predominantemente por empresários; uma Comissão de Relações Institucionais, ocupada por um empresário; e, por fim, uma Equipe Executiva, constituída por dez membros (não empresários), sob a direção de uma Presidência-Executiva a cargo de um educador.

²² Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/empresarios-e-governo-lancam-compromisso-todos-pela-educacao>>. Acesso em: 18 out. 2009.

Percebemos, pela notícia, que, conjugados aos empresários brasileiros de peso na economia nacional, estão no projeto representantes municipal, estadual e federal, dirigentes do CONSED e da UNDIME e representantes de diferentes organizações da sociedade civil.

Potencializado por esse movimento, o Compromisso Todos Pela Educação torna-se o Decreto nº 6.094, em 24 de abril de 2007, e passa a ser denominado de Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Como podemos observar, esse se afina com as orientações dos organismos mundiais. Saviani (2009) afirma que esse plano se tornou o “carro-chefe” de todos os Projetos lançados posteriormente os quais, reunidos até março de 2009, somam 41 projetos que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado oficialmente em 24 de abril de 2007.

Nunca é demais dizer que as empresas envolvidas no TPE são instituições financeiras e, portanto, guardiãs dos interesses do capital em âmbito nacional e internacional, muito embora pretendam soar, nesse envolvimento, como entidades filantrópicas. Os fundamentos do TPE estão essencialmente voltados para a prioridade do capital e das formas de reproduzi-lo.

Segundo o exposto, podemos inferir que a promulgação do Decreto nº 6.094 configura-se como uma expressão de que a educação brasileira na atualidade está assentada efetivamente na perspectiva neoliberal.

E qual é a concepção de educação a partir da perspectiva neoliberal? O texto já citado, elaborado pelo BM, é bastante esclarecedor, quando afirma que a educação é sinônimo de desenvolvimento econômico. Portanto, a educação básica deverá proporcionar aos alunos o conhecimento, as habilidades e as atitudes essenciais para funcionar de maneira efetiva na sociedade.

Saviani (2009, p. 45) afirma que a lógica subjacente à proposta do Compromisso Todos Pela Educação é traduzida como o que ele chama de “Pedagogia de resultados”, pois “[...] o governo equipa-se com instrumentos de avaliação dos produtos, forçando, com isso, que o processo se ajuste às exigências postas pela demanda das empresas [...]”. Portanto “[...] é uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas ‘pedagogias das competências’ e ‘da qualidade total’” (p. 45). Tais pedagogias, segundo Saviani (2009, p. 45), aparentemente, proclamam que “[...] visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço; os que aprendem são clientes; e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável”. Reiteramos que é apenas um aparente discurso, pois, segundo Saviani (2009, p. 46), “[...] sob a égide da qualidade total [...]”, efetivamente, o verdadeiro cliente das escolas não são os alunos

e sim a empresa ou a sociedade, e “[...] os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes”. Para que isso ocorra, é necessário que “Todos” se unam e lancem mão do método da qualidade total “[...] melhorando continuamente suas formas de organização, seus procedimentos e seus produtos”. Segundo Saviani (2009, p. 46), “É isso, sem dúvida, que o movimento dos empresários fiadores do Compromisso Todos Pela Educação espera do PDE, lançado pelo MEC”.

De acordo com Peroni (2009, p. 297), fica notório que os organismos internacionais e o Plano de Metas Todos Pela Educação “[...] esperam que as escolas apenas respondam ao setor produtivo, um retorno à teoria do capital humano”, pois “[...] o período atual do capitalismo, de reestruturação produtiva, exige um outro trabalhador, com capacidade de raciocinar, resolver problemas, trabalhar em equipe, dar respostas rápidas” (PERONI, 2009, p. 297).

E qual é a expectativa da perspectiva neoliberal para se efetivar este processo “educativo” (entre aspas)? O documento do BM também orienta. O texto informa que o ensino fundamental é a base desse processo e sua finalidade é dupla: “[...] produzir uma população alfabetizada e que possua conhecimentos básicos, repetimos, conhecimentos básicos, de aritmética capaz de resolver problemas no lar e no trabalho, e servir de base para sua posterior educação” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 2, apud TORRES, 1998, p. 131). Com essas palavras, a perspectiva neoliberal sinteticamente resume e orienta o que os países que assumiram o Compromisso Todos Pela Educação necessitam focar no ensino fundamental.

Diante das colocações expostas no parágrafo anterior, o Brasil necessitava apresentar e desenvolver uma proposta para o ensino da leitura e da escrita bem como dos conhecimentos matemáticos para as séries iniciais da escola brasileira, na atualidade. Configurando-se como parte integrante dos projetos que compõem o PDE e, portanto, procurando afinar-se com os propósitos do Plano de Metas Todos Pela Educação, inicia-se, em 2007, em diferentes Estados e Municípios deste país, o lançamento do programa Pró-Letramento,²³ destinado à formação continuada de professores, visando a melhorias na qualidade do ensino-aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. Tal integração, portanto, informa-nos que o letramento tende a compor a ordem das expectativas dos agendamentos neoliberais.

²³ É importante lembrar que o MEC proclama que fará revisão da perspectiva teórica e metodológica de alfabetização para as primeiras séries do ensino fundamental em fevereiro de 2006, porém o lançamento do Pró-Letramento de linguagem passa a ocorrer a partir de 2007, no Brasil. Cabe ressaltar, também, que, desde 2006, alguns Estados da Região Nordeste do Brasil vinham recebendo as orientações desse programa, em especial a área de Matemática, conforme aponta Barroso e Guimarães (2008) em um relatório intitulado *O pró-letramento e os resultados do Saeb – existe relação?*. Disponível em: <<http://limc.ufjf.br/limc/images/f/fa/Limc-nt-08-03.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2009.

E de que modo e/ou em que contexto o letramento entra no circuito da agenda neoliberal? Sobre essa questão, é sempre bom lembrarmos que, a partir dos anos 80, conforme aponta Mortatti (2006), passa a existir uma disputa entre os defensores dos métodos de alfabetização “[...] por parte de alguns pesquisadores [...]” (p. 12) que apresentavam “[...] ‘novas’ propostas de alfabetização baseadas em antigos métodos, como os de marcha sintética” (MORTATTI, 2006, p. 12) e os defensores construtivistas para constituir o discurso oficial da alfabetização.

Tal disputa se intensifica, principalmente, a partir do lançamento do Relatório Final do Grupo de Trabalho *Alfabetização Infantil: novos caminhos*, publicado pela Câmara dos Deputados e pela Comissão de Educação e Cultura, no dia 15 de setembro de 2003.

Esse relatório desenvolvido por Marilyn Jaeger Adams (Estados Unidos), Roger Beard (Inglaterra), Fernando Copovilla (Brasil), Cláudia Cardoso-Martins (Brasil), Jean-Emile Gomberg (França), José Moraes (Bélgica), João Batista Araujo e Oliveira (Brasil) informava que o Brasil teria dois problemas educacionais crônicos os quais foram expressos do seguinte modo:

O primeiro é o problema da alfabetização das crianças. O Brasil não vem conseguindo alfabetizar adequadamente suas crianças – conforme evidenciado pelo desempenho dos alunos nas séries posteriores. O segundo problema refere-se à dificuldade do país em usar conhecimentos científicos e dados de avaliação para melhorar a qualidade da educação. No caso da avaliação, o país vem realizando trabalhos como os do SAEB há mais de dez anos, mas não vem conseguindo usar os resultados como instrumento de diagnóstico para melhorar o desempenho dos alunos. Em consequência, quase 80% dos alunos que concluem a 8ª série se tornam candidatos a analfabetos funcionais – inviabilizando a proposta de erradicar o analfabetismo adulto. No caso dos conhecimentos científicos, o país vem ignorando os progressos e as práticas mais adequadas para alfabetizar alunos, atendo-se a concepções equivocadas e manifestamente ineficazes sobre o que é e como se deve alfabetizar as crianças (BRASIL, 2009, p. 10, grifo nosso).

O discurso contido nessa citação vem do lado dos defensores dos antigos métodos de alfabetização, principalmente dos defensores do método fônico.

Em fevereiro de 2006, o MEC anuncia que nem os defensores dos métodos (perspectiva defendida pela Câmara dos Deputados) nem os defensores do construtivismo (perspectiva hegemônica daquela época) ganharão a tônica do discurso oficial para orientar o ensino da leitura e da escrita neste país. Nessa ocasião, o letramento foi declarado como perspectiva hegemônica nos documentos oficiais.

Uma questão que se inscreve neste contexto é: qual o sentido do letramento que foi incorporado aos documentos oficiais? Na verdade, o letramento será mais uma das saídas

conciliatórias articuladas pelo discurso oficial para as perspectivas da alfabetização em disputa. Assim, é acionada mais uma vez a tática do Estado-Nação liberal republicano.

Em nossa perspectiva, essa conciliação reflete o jogo intencional próprio do discurso oficial: ao permitir a junção das teorias (neste caso os defensores do construtivismo e os defensores dos métodos) possibilita que diferentes posicionamentos se percebam retratados, o que visaria à sua legitimação social. Em outros termos, ao assumir diferentes posições teóricas, o discurso oficial imprime sua legitimidade. Esse é um dos principais mecanismos (entre tantos outros) utilizados pelo Estado republicano para controle da sociedade. Nesse jogo, é necessário que os grupos a serem dominados não somente aceitem a dominação, mas, principalmente, que a considerem natural, justa e, portanto, legítima. Conciliar teorias, de certa forma, possibilita esse processo.

Uma interessante discussão que ajuda a elucidar esta situação é encontrada em um artigo intitulado *A constituição da psicogênese enquanto teoria hegemônica na década de 80*, desenvolvido por Ângela Maria Dias Fernandes, em que essa autora se preocupa em “[...] investigar as novas práticas em psicologia escolar que surgem na década de 80 no Brasil” (FERNANDES, 1989, p. 47). O que exatamente instigou a autora em sua pesquisa foi pensar a forma como a teoria piagetiana havia sido legitimada como teoria hegemônica “[...] servindo de suporte para diferentes interpretações dos problemas educacionais brasileiros e anunciando práticas distintas [...]” (FERNANDES, 1989, p. 47).

Fernandes (1989, p. 47) ainda nos ajuda a pensar: “[...] teorias educacionais tornam-se hegemônicas em determinados momentos e em determinadas formações sociais, como resultado de um embate político que se dá no campo da construção de discursos”. Nessa direção, para ela, por exemplo, a constituição da teoria psicogenética de Jean Piaget em hegemônica se deu ao longo de uma construção histórica, “[...] resultado de uma série de forças [...] presentes na história da educação do Brasil” (FERNANDES, 1989, p. 48).

Fernandes, a partir das reflexões gramscianas de Estado ajuda-nos a lembrar como funciona a lógica subjacente ao processo de hegemonia de determinado pensamento. Segundo ela, os que detêm o poder (o que ela chama de classe fundamental) dirigem a sociedade pelo consenso que obtêm graças ao controle da sociedade civil. Tal controle, de acordo com Fernandes (1989), ainda refletindo conforme Gramsci, é caracterizado pela difusão da concepção de mundo do Estado nos grupos sociais, tornando-se, assim, senso comum, e pela constituição de um bloco histórico homogêneo ao qual cabe a gestão da sociedade civil. Nessa direção, Fernandes (1989, p. 48) afirma:

Os discursos hegemônicos não são a expressão pura do pensamento da classe dirigente em contraposição ao pensamento da classe subjugada; eles contêm elementos capturados do movimento contra-hegemônico, sendo a expressão de um processo de luta. O processo de captura é fundamental na produção do consenso, uma vez que promove a identificação, destituindo de legitimidade a fala opositora (FERNANDES, 1989, p. 48).

Entendemos que essa citação esclarece efetivamente o motivo da conciliação de teorias pelo discurso oficial (construtivismo e métodos). É necessário, no discurso hegemônico, conter elementos do pensamento contra-hegemônico para desconstruir a fala que se opõe. Por isso, Fernandes (1989, p. 47) afirma que “[...] o discurso hegemônico é a demonstração clara do exercício do controle social, e é tão mais hegemônico quanto mais possa promover consenso e legitimidade”.

Na verdade, a “vida” é desenvolvida em meio a uma arena de tensões, de contradições, mais isso não pode aparecer nos discursos oficiais, então se concilia, unifica. O Estado liberal assume o que lhe convém em determinadas épocas/contextos. No contexto das disputas entre os defensores dos métodos e os construtivistas, o letramento cai como uma luva na conciliação, pois o importante, nesse contexto, seria a adoção de uma perspectiva de ensino da leitura e da escrita que demonstrasse que daria conta das exigências neoliberais: acentuar os índices da avaliação em larga escala no Brasil.

É interessante observarmos que, no mesmo ano em que a sociedade brasileira recebeu o relatório publicado pela Câmara dos Deputados, a professora Magda Becker Soares, apresentou o texto encomendado pelo Grupo de Trabalho (GT10) Alfabetização, Leitura e Escrita, sob o título *Alfabetização e letramento: as muitas facetas* (2003), na 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Nesse texto, Soares anuncia as bases teóricas e metodológicas do letramento. Para tanto, essa autora busca desenvolver uma explicação a partir do que ela chama de invenção da palavra e do conceito de letramento e, concomitantemente, a desinvenção da alfabetização, resultando no que essa mesma autora se atreve a denominar de reinvenção da alfabetização.

Nesse percurso de “invenção” e “desinvenção” Soares (2003) desenvolve uma perspectiva de ensino da leitura e da escrita que acaba por permitir a possibilidade de uma integração dos defensores dos antigos métodos e dos defensores do construtivismo ao afirmar que:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por dois processos: [...] pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse

sistema, em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – letramento (SOARES, 2003, p. 14).

Mediante tais explicações, intencionais, Soares (2003) chega a mencionar que alfabetização e letramento são processos independentes, mas interdependentes e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita, isto é, por meio de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode se desenvolver no contexto da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. Estava, portanto, cunhada a fórmula básica por essa autora: “[...] alfabetizar letrando e letrar alfabetizando” (SOARES, 1999, p. 47), visando à recuperação da especificidade da alfabetização, o que, sob nossa perspectiva, é na verdade a fórmula básica da conciliação entre os defensores dos métodos e os defensores do construtivismo.²⁴ Tal expressão (fórmula conciliadora) já havia sido anunciada por esta autora em um de seus textos intitulado *Letramento: um tema em três gêneros* (1999).

Gontijo (2005, p. 66) afirma que “[...] a questão central sobre o conceito de alfabetização não estaria relacionada com a necessidade de recuperar/defender a especificidade desse processo”. Para essa autora,

[...] a questão central está na necessidade de construção de um conceito aberto; portanto, capaz de abranger as diferentes práticas de produção de textos orais e escritos e as diferentes possibilidades de leitura produzidas e reproduzidas pelos diversos grupos sociais e a dimensão lingüística da alfabetização (GONTIJO, 2005, p. 66).

Desse modo, as colocações de Gontijo informam que o letramento não pretende assumir a alfabetização como um processo histórico-social de inserção das crianças no mundo da linguagem escrita ou da cultura escrita. Por essa razão, também, é que Gontijo (2005, p. 69) ainda esclarece que o termo letramento, do modo como é acentuado por Soares, não lhe parece apropriado, “[...] tendo em vista que serve para designar a dimensão pragmática, funcional do processo de leitura e escrita”. Gontijo usa as palavras de Macedo (2000, p. 88) para confirmar sua colocação, ou seja, para ressaltar a visão utilitarista de alfabetização ou de letramento, a qual tem como

[...] meta principal [...] produzir leitores que atendam aos requisitos básicos de leitura da sociedade contemporânea. A despeito de seu atrativo caráter progressista, essa

²⁴ É interessante notarmos que, mesmo o letramento se configurando, na atualidade, como o discurso oficial para orientar o ensino da leitura e da escrita neste país, ainda é possível encontrarmos, no próprio *site* do MEC, os textos do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), discurso hegemônico orientado pela perspectiva construtivista, anterior ao letramento. Isso é possível de ser conferido no site que apresentamos a seguir: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/guia_for_2.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2009.

abordagem enfatiza o aprendizado mecânico de habilidades de leitura, ao mesmo tempo que sacrifica a análise crítica da ordem social e política que dão origem à necessidade de leitura em primeiro lugar. Essa posição levou ao desenvolvimento dos alfabetizados funcionais, treinados primordialmente para atender aos requisitos de nossa sociedade tecnológica cada vez mais complexa.

Concordamos com as colocações de Gontijo, pois, sob a nossa perspectiva, o letramento tende a continuar a perpetuar a prescrição do ensino de leitura e de escrita de forma consoante com as políticas hegemônicas na atualidade. O que, na verdade, aconteceu foi a criação de um discurso de letramento, que visa à conformação de propostas e práticas de alfabetização.

Tal pensamento é visível quando, por exemplo, compreendemos que o letramento passou ser a base para a configuração dos descritores do atual instrumento de avaliação das crianças em processo de alfabetização nas escolas do Brasil, como já dissemos, a Provinha Brasil. Esse instrumento faz parte do sistema de avaliação em larga escala no Brasil e pretende, desde o período da alfabetização, preparar as crianças para a realização da Prova Brasil (quando estiverem cursando o 5º ano do ensino fundamental). O Brasil tem em vista, até 2022, alcançar a meta da média de 6,0 no IDEB. Média esta obtida pelos países da Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que ficaram entre os 20 países com maior desenvolvimento educacional no mundo. Os autores do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação que vêm financiando a elaboração e o desenvolvimento de aplicação do sistema de avaliação em larga escola no Brasil, ou seja, os empresários, têm interesse que este país alcance esse índice.

Por essa razão apontada é que não foi sem motivo que, no mesmo dia em que foi baixado o Decreto referente ao Plano de Metas, em 24 de abril de 2007, o MEC baixou a Portaria Normativa nº 10, conforme lembra Saviani (2009, p. 34): “[...] instituindo a Avaliação de Alfabetização ‘Provinha Brasil’, pela qual procurou tornar exeqüível a meta 2 do movimento Todos pela Educação, que propunha garantir a alfabetização de todas as crianças até os 8 anos de idade”. Vemos, desse modo, como o letramento vai se engendrando e, portanto, ganhando sentidos no jogo da política educacional neoliberal utilitarista.

De todas as formas de veicular a ideologia da “Ordem e Progresso” circunscrita no IDEB, entre os anos de 2008 e 2009, uma em especial chamou a atenção nesta discussão que vimos desenvolvendo. Muito embora não tenhamos espaço, neste texto, para análises imagéticas mais demoradas, é importante citá-las. Trata-se de um comercial amplamente divulgado em pelo menos três significativas mídias: a televisão, a Internet (*site* do MEC) e a Revista Nova Escola, da Editora Abril Cultural (ocupando duas páginas abertas). Tal comercial

“convida” todos (escola, pais, sociedade) para que “juntos” possamos alcançar, até o ano de 2022, o índice 6,0 almejado. Vejamos, a seguir, essas duas figuras.



Figura 1 - Campanha IDEB 2009²⁵ (sequência de imagens)

Com referência ao último quadro que compõe a figura anterior (Figura 1), cabe ressaltar o tipo de visibilidade que é ofertada à frase “Um país de todos”, pelo discurso oficial. Para tanto utilizam letras pequenas, embaçadas, portanto, pouco visível. Esta forma enunciativa não nos impressiona quando compreendemos que pela lógica liberal os sujeitos precisam participar do projeto educativo do Estado-Nação porém, invisibilizados.

²⁵Disponível

<http://provabrazil2009.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=123:ideb-2009&catid=40:campanha-2009&Itemid=115>. Acesso em: 22 jul. 2009.

em:

A figura a seguir (Figura 2) aponta, logo abaixo de seu título, o principal *slogan* atual do discurso oficial da educação desse País: o IDEB passa a ser “A nova medida da educação”.



Figura 2 - Campanha do IDEB 2008

Fonte: Revista Nova Escola, Editora Abril Cultural, Edição setembro de 2008.

É interessante percebermos que, tanto no texto que aparece no vídeo veiculado na Internet (Figura 1), quanto na reportagem da Revista Nova Escola (Figura 2), está a ideia declarada de que o IDEB é a “medida” da educação brasileira. O que nos impressiona é que essa é uma declaração recente neste país, ao mesmo tempo, já tão “naturalizada” pelo/no contexto das Secretarias Municipais e Estaduais, bem como pela escola, conforme foi apontado ao longo desse texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme anunciamos, na parte introdutória do trabalho, nosso interesse foi discutir como o discurso oficial sobre o ensino da leitura e da escrita tem se configurado, em anos recentes no Brasil. A compreensão obtida a partir desta pesquisa nos permite lembrar os mesmos termos de Mortatti (2006, p. 13), pelo fato de percebermos a permanência do ideário desenvolvimentista do Estado-Nação que, tomando o ideário “[...] de educação como esclarecimento – fim não atingido, que permanece como parâmetro primeiro a demandar ajustes e meios cada vez mais eficazes [...]”, tem colocado a

[...] alfabetização como área estratégica [...] para a objetivação de projetos políticos e sociais decorrentes de urgências de cada época, ao mesmo tempo em que se vão produzindo reflexões e saberes que configuram o movimento de escolarização de ensino e aprendizagem da leitura e escrita [...] (MORTATTI, 2000, p. 13).

Percebemos que o atual discurso do letramento insere-se nas atuais objetivações do projeto político-educacional do Estado-Nação. É interessante observar que tais objetivações prescrevem que o atual projeto político da educação brasileira tem data-limite para encerrar. Será em 2022, ano em que será realizado um balanço do desenvolvimento das prescrições que integram o programa Compromisso Todos Pela Educação. O que vem depois disso? Essa é uma pergunta que deveria começar a ser feita, no entanto nem a escola brasileira, nem as pesquisas, sob a nossa perspectiva, parecem ter começado a fazer de maneira pontual.

Por tudo isso que vimos discorrendo até aqui, é que somos instigados a pensar, e a reafirmar a necessidade de assim como Gontijo (2006); Gontijo e Schwartz (2009) assumir e defender a alfabetização a partir de uma perspectiva teórica e metodológica histórico-cultural. Perspectiva esta que, diferente do que temos visto na história da alfabetização no Brasil, propõe reafirmar uma concepção de alfabetização que considere as crianças e os professores alfabetizadores como sujeitos de história e de cultura. Isso implica, portanto, na atualidade, questionar decididamente o modo como o termo letramento vem sendo pensado e articulado junto a escola brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Alfabetização infantil: os novos caminhos: relatório apresentado à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.** Brasília/DF, 2003. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1924>>. Acesso em: 24 abr. 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** Disponível em: <http://provabrazil2009.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=109:0-ideb-&catid=56:temas-relacionados&Itemid=103>. Acesso em: 24 abr. 2009.

FERNANDES, Ângela Maria Dias. A constituição da psicogênese enquanto teoria hegemônica na década de 80. **Fórum Educacional.** Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 47-49, dez-fev. 1989.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Processo de alfabetização: novas contribuições.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Alfabetização: a criança e a linguagem escrita.** Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

_____. Alfabetização na prática educativa escolar. **Revista do Professor**, Belo Horizonte/MG: Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais, n. 14, p. 7-16, out. 2006.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; SCHWARTZ, Cleonara Maria. **Alfabetização: teoria e prática**. Vitória/ES: UFES/NEPALES/SEDU, 2009.

MARTINS, André Silva. **Todos pela educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil século XXI**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4799--Int.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2009.

_____. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Disponível em: <www.mec.br>. Acesso em: 4 nov. 2006.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de.; Sandra Zákia Lian de. Políticas de avaliação e quase-mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003. Número Especial. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 maio 2007.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Políticas públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado**. Texto apresentado na Anped Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/peroni/>> Acesso em: 24 maio 2008.

_____. **Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado**. Disponível em: <<http://www.ongcidade.org/site/arquivos/artigos/veraperoni46d47ab52c390.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2007.

_____. Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (PBPAE)**: Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Porto Alegre: Editora Maria Beatriz Luce, v. 25, n. 2, p. 285-300, maio-ago. 2009.

_____. Letramento escolar em três práticas: perspectivas para a multivocalidade. **Revista ANPOLL**, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, n. 11, p. 235-262, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**: análise crítica da política do MEC, Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, M. A. da. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP: Autores Associados, FAPESPE, 2002.

SOARES, M. B. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 4 dez. 2003.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica: as estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L. de; WARDE, J. M.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.